

Capítulo 9

Os Conceitos de Humilhação e Honra em Crianças de 7 e 12 anos de idade

Yves de La Taille²
USP

INTRODUÇÃO

Escreveu Freud que "o homem é tentado a satisfazer sua necessidade de agressão tomando o outro como vítima, explorando seu trabalho, utilizando-o sexualmente sem seu consentimento, apropriando-se de seus bens, humilhando-o, infligindo-lhe sofrimentos, martirizando-o, matando-o. *Homo homini lupus*: diante de todos os ensinamentos da vida e da história, quem teria a coragem de discordar deste adágio? pergunta ele." (Freud, 1922/1991, p65). Provavelmente ninguém. O objetivo do presente texto é, por um lado, refletir teoricamente sobre uma dessas agressões 'inevitáveis', até mesmo quando a vítima é uma criança, a humilhação, e, por outro, trazer os dados de uma pequena pesquisa exploratória sobre as concepções morais de crianças sobre esta forma de agressão psicológica e a honra.

A HUMILHAÇÃO

Humilhar é fazer com que uma pessoa se sinta rebaixada, inferior, portanto ferida na sua auto-estima. Ora, é de certa forma assustadora a 'facilidade' - e, por conseguinte, a frequência - com que se pode atingir tal efeito. Às vezes, o simples fato de assistir a uma cena pode ter efeito humilhante: uma pessoa escorrega e cai na nossa frente e basta fixarmos por poucos segundos o olhar sobre ela para que se sinta humilhada em sua 'ridícula' posição. Outras vezes, basta mostrar sincera indiferença: alguém nos relata algum feito, escutamos impassíveis, sem mínimos sinais de emoção ou admiração, e assim, humilhamos nosso interlocutor. Outras vezes ainda, basta agirmos seguindo nosso direito e nossa competência. Por exemplo, quando ganhamos por amplo placar em algum esporte, costumamos dizer (e os jornalistas usam e abusam desta expressão) que o adversário sofreu *derrota humilhante*. Aliás, qualquer demonstração legítima de superioridade pode produzir, nos outros, sentimentos de humilhação. "Cada vez que produzimos um efeito", escreveu Oscar Wilde, *arrumamos um inimigo. É preciso permanecer medíocre para ser popular*"³. Todavia, na maioria das vezes, a humilhação não é devida a contingências infelizes que ferem

moralmente as personalidades mais suscetíveis. Na maioria das vezes, ela é consciente, intencional; provém de uma vontade explícita de rebaixar o outro.

Mesmo assim, permanece sendo de fácil êxito. Em certas situações, basta lançar um olhar 'irônico' na direção da vítima escolhida. Em outras, um simples gesto violenta a auto-estima, como aquele do professor que, balançando uma prova pela ponta dos dedos, pergunta por seu autor. Expressões verbais, de aparência anódina, podem ter mesmo efeito: *Vamos ver se X sabe responder a esta pergunta*, diz o professor escolhendo o 'último da classe'. E, evidentemente, existem formas por assim dizer explícitas de humilhação, como o insulto, a degradação pública, a surra, o despir, o estupro, a tortura.

Três perguntas impõem-se: 1) por que a humilhação é tão freqüente? 2) por que é, de certa forma, 'fácil' humilhar alguém?; 3) por que as conseqüências psicológicas da humilhação podem ser tão fortes? Acreditamos que essas três perguntas podem receber uma só resposta: a importância da auto-estima para o ser humano.

FREQUÊNCIA DA HUMILHAÇÃO

Freud já nos forneceu início de resposta à primeira pergunta: a humilhação é uma forma de o homem satisfazer sua *necessidade de agressão*. Porém, esta explicação não é suficiente. De fato, o que leva tantos a escolher esta forma de violência e não outras, como a violência física? Uma possível explicação poderia ser: humilhando, o agressor corre poucos riscos de se defrontar com a justiça ou alguma outra forma de retaliação. Não somente a pessoa humilhada, compreensivelmente, reluta em tornar público o acontecido, como a humilhação pode freqüentemente não deixar 'provas' que possibilitariam a abertura de um processo ou justificariam, perante a opinião pública, algum tipo de revide. Tal explicação, que prevê certo pragmatismo por parte dos homens ao saciarem sua necessidade de agressão com mínimo de riscos, deve ser levada em conta. Mas, a ela, acrescentaríamos outra, bastante simples: *ao procurar rebaixar o outro, o agressor afirma sua pretensa superioridade*. Trata-se de uma 'lógica' banal. Para sentir-se superior, há duas alternativas: ou se procura superar a si próprio em direção a um nível predeterminado de excelência, ou então procura-se tornar os outros inferiores. Evidentemente, a moral condena a última alternativa, retirando-lhe a legitimidade; mas nem por isso a priva de certa eficácia psicológica. Basta olharmos em nossa volta para verificar o quão freqüente é. Resumindo: não somente a humilhação intencional é forma de expressão e vazão da agressividade inerente a todo homem, como também é maneira de, tornando o outro 'humilde', solidificar a própria auto-estima.

ÊXITO DA HUMILHAÇÃO

Sendo o auto-conceito e a auto-estima de cada um em boa parte tributários do juízo alheio, este juízo tem, por conseguinte, apreciável poder para causar, no outro, sentimentos de superioridade ou inferioridade, de orgulho ou vergonha. A apreciação de Schopenhauer (1943) segundo a qual *"a verdadeira estima de si dá a calma e o desprezo real das injúrias"* (p66), vale mais como conselho do que como diagnóstico psicológico. Como sublinhado por Jankélévitch (1986, p 459), *"jamais ter respondido a um ataque, nem aceito o combate com seu insultor, ter sempre oposto à calúnia um silêncio de desprezo e despreocupação, eis o que representa uma força sobrenatural"*. Evidentemente, os graus de suscetibilidade variam de uma pessoa para outra. Algumas poderão ser extremamente frágeis, eternas reféns do que seus contemporâneos dizem e pensam delas; outras serão mais criteriosas, e somente legitimarão certos julgamentos, e não outros. Para estas últimas, as tentativas de humilhação nem sempre serão bem sucedidas. No caso das primeiras, o êxito estará mais garantido. Porém, para todos, vale a seguinte ponderação: *"A autonomia é uma abstração se ela não for prolongada pelo reconhecimento social. O respeito de si não pode sobreviver sem a estima de si, isto é, um sentimento alimentado por êxitos, mesmo modestos, e seu reconhecimento social. Por mais que eu saiba que o sentimento de minha dignidade não depende do juízo de outrem, isto não impede que as marcas cotidianas de seu reconhecimento sejam essenciais para manter a auto-confiança"* (Audard, 1993, p184). Se ninguém escapa ao prazer do elogio alheio, também ninguém escapa da possibilidade de ser humilhado justamente pelo fato de a auto-estima ser básica e importante para o equilíbrio psicológico de cada um. A íntima relação entre a auto-estima e as interações sociais explica tanto os motivos do agressor quanto a suscetibilidade da vítima.

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA HUMILHAÇÃO

A experiência da humilhação e o medo da humilhação, escreve Klein, estão implicados em várias doenças mentais; eles engendram o sentimento de raiva que se manifesta por um comportamento anti-social, assassinato e suicídio" (Klein, 1991, p93). Em 1933, Alfred Adler fazia o mesmo diagnóstico (Adler, 1933-1991). Na verdade, existem pouquíssimos estudos dedicados precisamente aos efeitos da humilhação. Em contrapartida, encontram-se mais reflexões (mas ainda em número insuficiente) a respeito do sentimento de vergonha. Ora, é evidente que este sentimento, entendido como apreciação negativa que alguém faz de si^a, de seu corpo, de seus comportamentos,

sentimentos ou pensamentos, relaciona-se intimamente com experiências de humilhação e o conseqüente medo delas.

Pode-se sentir vergonha como decorrência de um ato considerado, por seu autor, como repreensível. Pode-se também senti-la como decorrência de algum aspecto do Eu desvalorizado pelo próprio Eu e/ou pelos outros (por exemplo, feiúra física, status social baixo, etc.). Nestes dois casos, a vergonha 'parte' do sujeito envergonhado; vale dizer que não é fruto de uma violência intencional de um agressor. Todavia, quando tal violência ocorre, pode-se esperar que a vítima tenda a ter o mesmo sentimento. Por um lado, pode senti-lo por convencer-se que de certa forma merece o rebaixamento a que é submetido. Citemos Pagnol: "*Aquele que é objeto de zombaria de sua cidade ou de seu bairro está nesta condição porque os outros habitantes acreditam-se superior a ele; ele às vezes acaba por convencer-se de sua inferioridade, e sente vergonha*" (Pagnol, 1990, p30). Por outro lado, pode sentir vergonha pelo fato de *estar numa posição de inferioridade*. Neste caso, é o próprio fato de se estar nesta situação que compromete a auto-estima, e não necessariamente os juízos negativos emitidos pelo agressor (a vergonha torna-se ainda maior se a humilhação for pública). Em resumo, nos dois casos o sentimento de vergonha pode ser a decorrência psicológica da humilhação. Ora, todos os autores dedicados ao estudo deste sentimento concordam justamente com o fato de a vergonha ter grande impacto sobre o equilíbrio psicológico, podendo causar depressão, ataques de violência e raiva, histeria e até fragmentação do *self* (Lewis, 1992), e até levar ao ato definitivo do suicídio (Shreve and KunkelInkel, 1991) - ato este também apontado por Klein como podendo ser causado pela humilhação.

Se o leitor nos concede a importância do tema humilhação, tanto em função de sua freqüência nas relações humanas quanto em razão da força de suas conseqüências (vergonha) sobre o equilíbrio psicológico, podemos considerar agora a forma como vamos abordá-lo. Vamos fazê-lo pelo prisma da moralidade.

HUMILHAÇÃO E HONRA

Sendo a humilhação uma forma de agressão, é natural que a sociedade procure coibi-la, ou pelo menos controlá-la. Tal controle pode tomar a forma de uma espécie de 'domesticação' (no sentido de domar o que é selvagem) desta tendência agressiva do homem. Estamos pensando aqui nas chacotas e zombarias que familiares, amigos ou colegas fazem entre si. São formas de humilhação, uma vez que ridicularizam a vítima; o riso que provocam é perfeitamente explicável por esta definição feita por Pagnol: "*O riso é canto de triunfo; é a descoberta de uma superioridade momentânea de quem ri sobre*

a *pessoa caçada*" (1990, p26). Porém, tais caçadas procuram manter-se no nível de tolerância das pessoas envolvidas, incidir sobre aspectos superficiais das características pessoais e, sobretudo, admitem reciprocidade: quem é caçado hoje poderá caçar amanhã. Em contrapartida, as humilhações feitas para violentar procuram justamente ultrapassar a linha de tolerância, incidir sobre aspectos centrais da personalidade e não admitem reciprocidade.

Uma forma intermediária entre as humilhações que chamamos de 'domesticadas' e aquelas que visam claramente rebaixar o outro, é a humilhação 'ritualizada', como, por exemplo, algumas formas de iniciação, como o trote, prática comum em algumas corporações, notadamente faculdades. Como se sabe, várias formas de trote não se limitam a promover uma fraterna integração entre veteranos e calouros; visam também (e sobretudo?) transformar os calouros em verdadeiros escravos dos veteranos. Interessantemente, tal poder não se traduz essencialmente por serviços prestados pelos recém-chegados, mas sim pela possibilidade de os veteranos humilharem seus novos 'colegas'. Obrigam-nos a rastejar, beber poções intragáveis, simularem, em público, relações sexuais, despirem-se, etc. Uma recente pesquisa, realizada no ensino superior francês, mostra que tais práticas não somente ainda vigoram nesse país, como têm recrudescido nos últimos anos (Davidenkoff & Junghans, 1993). A violência de tais trotes - "que se assemelham a um estupro" e que despertam a indignação de muitos, entre os quais nos achamos - os distancia, e muito, das chacotas cotidianas; todavia, o aspecto ritual destas humilhações (os papéis dos humilhados e 'agressores' são definidos, as sevícias têm tempo determinado, os humilhados de hoje poderão ser os 'agressores' do ano seguinte, etc.), embora demonstre bem a presença de uma 'necessidade' de rebaixar o outro, as diferenciam daquelas que ocorrem ao sabor dos desejos de cada um. Vale dizer que o calouro humilhado durante o trote pode não se sentir ferido (ou não tanto) na sua auto-estima porque sabe que é sua nova condição de estudante que o faz passar por estas situações constrangedoras, e não suas características pessoais⁵. Na humilhação não 'domesticada' ou não 'ritualizada', é o valor da pessoa que se procura atingir, não aspectos superficiais ou sua provisória condição (de calouro ou neófito).

Se a humilhação não é nem 'domesticada', nem 'ritualizada', portanto não tolerada pela sociedade (ou parte dela), somente resta condená-la moralmente. Em nome de que valor? Pode ser em nome do imperativo categórico do respeito à pessoa humana, portanto em nome da condenação a toda e qualquer forma de violência que a atinja. Todavia, tal respeito condena mais condutas do que apenas a humilhação. Também pode ser em nome da dignidade humana, portanto, do direito à consideração. Novamente, o conceito de

dignidade abrange mais questões que aquela da humilhação. Pode-se falar, por exemplo, em condições indignas de vida, referindo-se à más condições de trabalho e moradia. Poder-se-á falar também em condições humilhantes de vida para referir-se às mesmas condições materiais. Porém, estamos pensando na humilhação exercida por *uma pessoa sobre a outra* (e não a abstração de um sistema econômico), por conseguinte, na humilhação decorrente de relações interpessoais concretas. Ora, parece-nos que o valor moral que certamente mais se aproxima do tema da humilhação assim definido seja a *honra*.

Para convencer-se disto basta ler a definição que um especialista no tema, Pitt-Rivers (1965), lhe dá (semelhantes encontram-se em todos os dicionários): "*honra é o valor que uma pessoa tem aos próprios olhos mas também aos olhos da sociedade. É sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão ao orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito ao orgulho*" (p13). Por um lado, para preservar sua honra, a pessoa deve agir de forma a não merecer críticas dos membros de sua sociedade; neste sentido, a sociedade exige dela certas condutas. Por outro lado, a pessoa tem o direito de exigir dos demais membros que lhe dêem valor; e assim tem direito moral de rebelar-se quando não o fazem ou, pior, quando publicamente, procuram rebaixá-la. Em resumo, a honra é o valor moral em nome do qual, entre outras coisas, a pessoa procura defender-se das humilhações alheias, concretizadas em ações pessoais (e não abstratas como as conseqüência da injustiça social).

Temos consciência de que o tema da honra é complexo. A honra foi, no passado, uma paixão (Ribeiro, 1993); foi o valor moral mais elevado: morria-se pela honra, ela confundia-se com a vida (Weinrich, 1989). "*A honra fez morrer mais gente do que a peste*", escreve Pitt-Rivers (1991, p20): O livro de antropologia, HONRA E VERGONHA, organizado por Peristiany (1991) analisa a complexa estrutura da honra, mostrando variados caminhos pelos quais poderia ser psicologicamente investigada. Todavia, a Psicologia tem ignorado solenemente o tema em tela. Deve haver várias razões. Uma delas talvez seja a atual 'tirania da intimidade', expressão cunhada por Senett, e que se traduz pelo fato de "*somente dividirmos o que reflete o espelho do nosso próprio Eu*" (1989, p262). Naturalmente, se a opinião alheia, nos casos em que difere da nossa, pouco ou nenhum valor tem, que lugar pode ter a honra que pressupõe justamente o outro como espelho? E, levada esta idéia às últimas conseqüências, como sofrer de humilhação se o outro não tem legitimidade para julgar, rebaixar? Porém, uma coisa é um projeto ideológico de vida, outra é o conjunto de leis psicológicas que realmente a determinam. Os estudos acima citados testemunham o fato de que o homem permanece suscetível à vergonha e à humilhação. Falta pesquisar como ele as pensa moralmente falando.

Este nos parece ser a questão básica do tema honra.

No presente estudo, procuraremos verificar: 1) que preço paga-se para 'responder' a uma situação de humilhação? 2) deve-se ou não, e de que forma, defender a honra atingida? 3) deve-se ou não, do ponto de vista moral, condenar categoricamente a humilhação?

Fizemos essas estas perguntas a crianças. Falta explicar a razão desta escolha.

HUMILHAÇÃO E CRIANÇAS

Em primeiro lugar, nossa opção por investigarmos as concepções morais infantis sobre a humilhação deve-se à adoção da perspectiva teórica da psicologia genética: estudar a gênese dos fenômenos psicológicos para melhor compreendê-los. Nesse sentido, esperamos que conhecer como crianças pensam a respeito da humilhação e da honra possa jogar luzes sobre o pensamento adulto a respeito dos mesmos temas.

Em segundo lugar, nossa opção deriva-se de uma preocupação com a própria criança. Ela pode ser explicitada como segue:

a) Embora o tema vergonha tenha sido pouco investigado, sabe-se pelo menos que se trata de um sentimento precoce. Expressões de desconforto devidos à exposição a olhares verificam-se desde a segunda metade do segundo ano de vida (Wallon, 1949, Darwin, 1872/1981, Lewis, 1992). A vergonha propriamente dita - no sentido de se sentir inferiorizado perante algum valor (êxito em tarefa, moralidade, etc.) - apareceria por volta dos 3 anos (Wallon, 1949, Lewis, 1992). A decorrência necessária destas constatações deve ser a precoce sensibilidade a humilhações.

b) Acrescente-se a isto o fato de que as crianças pequenas, heterônomas, sendo muito dependentes dos adultos, também deles dependem em grande parte para estabelecer sua auto-estima. "No mais íntimo da consciência de si - do sentimento de ser alguém, distinto de qualquer outro alguém - reside a sensação de ser valor enquanto pessoa", escreve Perron (1991, p24). Esta observação judiciosa deve ser meditada: a progressiva tomada de consciência de si e estabelecimento da própria identidade não pode ser desvinculada de uma apreciação de si enquanto valor (positivo ou negativo). Ora, é esperado que, durante a infância, a criança se espelhe, e muito, no que as 'autoridades', notadamente pais e professores, lhe mostram e dizem a respeito de suas qualidades e defeitos. Neste sentido, a humilhação pode ter sua máxima força durante este período de vida. Infelizmente, é pouco estudada. Os temas comumente investigados sobre a violência contra a criança são a violência física e o desleixo. Ora, não somente estas duas formas de violência carregam consigo

um elemento de humilhação - a violência física pela subordinação do mais fraco ao mais forte, e o desleixo como prova de falta de amor - como também existe a humilhação explícita, notadamente empregada em algumas perspectivas 'educativas', contra as quais, já no 'século XVII' erguia-se o filósofo Kant: "*Não se deve tornar as crianças tímidas. Isto acontece principalmente quando lhe endereçamos palavras injuriosas e as humilhamos freqüentemente*" (Kant, 1981, p57). As decorrências nefastas podem ser mais graves que a timidez. A autora psicanalista Miller (1983) escreve que "*no domínio edípico, não é a não satisfação de suas pulsões, mas sim o desprezo delas (pelos pais) que humilha a criança*" (p84). Tais humilhações, segundo a autora, poderão levar a 'problemas narcísicos' que serão carregados a vida toda.

c) A suscetibilidade referente ao juízo alheio tende a diminuir com a idade, graças à conquista da (sempre limitada e imperfeita) autonomia. Entre vários fatores, parece-nos importante sublinhar a importância do juízo moral para explicar tal conquista. E isto da seguinte forma.

Embora sensível a este tipo de violência representada pela humilhação, a criança pequena ainda não tem estrutura moral para condená-la, sobretudo se a humilhação vem de adultos que, justamente por sua condição de adulto, são considerados infalíveis. Piaget (1932), por exemplo, notou o fato em relação à noção de justiça: desde cedo as crianças são sensíveis a injustiças contra elas cometidas pelos pais; mas deve-se esperar a idade de 8 anos, aproximadamente, para que adquiram a clareza moral de que os pais agiram errado, e 'ousem' condená-los. Ora, mesma coisa deve acontecer em relação à humilhação: as crianças provavelmente sentem sua violência desde cedo, mas assumem para si a responsabilidade desta. Após ter construído regras morais que condenam a humilhação, poderão ver no agressor não mais alguém poderoso que 'tem razão', mas sim o autor de um gesto condenável e cuja legitimidade, enquanto ser que julga, é redimensionada. O equacionamento moral da humilhação pode tanto fornecer as 'armas' para contra ela agir, se rebelar, quanto diminuir seu peso para a consciência de si enquanto valor.

Na presente pesquisa, trata-se justamente de verificar como crianças de idades diferentes entendem moralmente o ato de humilhar, portanto, como concebem os ataques à honra.

MÉTODO

Entrevistamos 52 sujeitos (26 de 7 anos e 26 de 12 anos; metade de cada sexo para cada faixa etária). A opção por estas idades inspirou-se em pesquisa recente que indica que, a partir de 8 anos, as crianças

mostram-se suscetíveis a formas de humilhação pública considerando-as castigo moralmente mais 'doloroso' que sanções expiatórias clássicas como ser privado de alguma atividade desejada (De La Taille, 1992). Esperávamos, portanto, que, comparando as idades de 7 e 12 anos encontraríamos diferenças claras no que diz respeito ao tema que ora nos ocupa. O texto da entrevista apresentou uma situação adulta, na qual uma pessoa humilhada deve decidir o que faz para sair desta situação, sendo que uma das opções implica sacrificar um outro valor moral: cuidar de outrem dependente financeiramente. Eis o dilema:

Pedro (Elza) é empregado num escritório. Trabalha sempre muito bem e é muito esforçado. Mas seu chefe não perde a oportunidade de fazê-lo passar vergonha. Todo dia, na frente das outras pessoas, dá bronca em Pedro, dizendo que seu trabalho não é bom, que não sabe fazer nada direito. Chega a dizer que é burro, que é incapaz. Pedro não agüenta mais e pensa em sair do emprego. Mas o dinheiro que ganha no emprego é muito importante para a família. Ele tem três filhos. A mulher (marido) trabalha mas ganha pouco; e é muito difícil arranjar novo emprego.

Empregamos o nome Pedro para os meninos e Elza para as meninas.

A perguntas que guiaram a entrevista clínica foram:

1. Qual a decisão correta a ser tomada: sair do emprego ou ficar no emprego?

Por quê?

2. O que você acha das ações do chefe?

É certo fazer isso? Por quê?

3. Se for um adulto que humilha uma criança, ele tem direito de fazê-lo? Se for um dos pais?

4. O que você acha certo fazer com quem humilha?

5. Dê exemplos de situações onde você se sente humilhado, envergonhado.

RESULTADOS

A resolução do dilema não apresentou evolução significativa em função da idade. Tanto os sujeitos de 7 anos quanto os de 12 resolvem, na sua maioria, ficar no emprego (73% e 92% respectivamente). Quanto aos argumentos apresentados, encontramos o mesmo quadro: 57% dos sujeitos de 7 anos e 65% dos de 12 anos remetem-se ao 'cuidar do outro' como justificativa para o ficar no emprego. O restante dos argumentos podem ser classificados como 'pragmáticos': os sujeitos limitam-se a dizer que Pedro (ou Elza) precisa de dinheiro para sobreviver. Porém, mesmo nestes argumentos pode estar implícito, para os sujeitos, que este dinheiro servirá para sustentar a família (não foi feita pergunta que verificasse se, mesmo sem a necessidade do 'cuidar do outro', a solução correta seria permanecer no emprego).

Todavia, três categorias de dados mostram evolução clara. O primeiro diz respeito à condenação moral da humilhação. Se definirmos como condenação categórica aquela que afirma *nunca* ser correto humilhar alguém (mesmo vindo dos pais), verificamos que apenas 31% dos sujeitos menores afirma tal condenação; 79% afirmam que, dependendo do caso, a humilhação é justa ou, pelo menos, aceitável. Esta porcentagem cai para 19% para os sujeitos de 12 anos. Vale dizer que 81% deles afirmam categoricamente que a humilhação é recurso inadmissível, seja em que situação for e seja também quem for o agente da humilhação.

Outro dado que mostrou relativa evolução diz respeito às formas de defesa contra a humilhação (fora do contexto do dilema; a pergunta era sobre o que fazer com quem humilha, de forma geral). As alternativas levantadas por nossos sujeitos foram: 1) revidar humilhando, 2) denunciar o agressor a uma autoridade, 3) não falar mais com o chefe, 4) procurar conversar com ele. Na tabela 1 vemos as porcentagens de cada resposta (alguns sujeitos deram mais de uma resposta). Interessantemente, a opção por humilhar de volta o chefe mostra uma contradição entre os sujeitos mais velhos: embora 81% deles afirmem que a humilhação não deve ser nunca conduta aceitável moralmente, 42% a aceitam como revide!

Tabela 1

Formas de resposta à humilhação (n= 26 para cada faixa etária)

	sete anos	doze anos
humilhar de volta	25%	42%
denunciar	65%	28%
não falar mais com chefe	7%	14%
conversar	5%	17%

Finalmente, vejamos o conteúdo da humilhação, ou seja, o que nossos sujeitos elegeram como agressões por eles sentidas como humilhação. Vários exemplos foram dados, que podemos classificar em duas grandes categorias: I) críticas expressas pelos pares ou imperícias (xingamento, criticar, ser desprezado, afastado, tirar nota baixa, etc.); II) situação de expressão do poder de alguém mais forte (colocar de castigo, dar bronca, apanhar de pais ou pares). Outros exemplos dispersos também foram dados.

A categoria I evolui claramente com a idade: 25% das respostas dos menores são exemplos deste tipo enquanto a quase totalidade das dos maiores (82%) encontram-se nesta categoria. Quanto à categoria II, encontramos o contrário: 43% dos exemplos dados pelos sujeitos de 7 contra apenas 10% daqueles dados pelo de 12 anos. Note-se que 23% dos sujeitos menores não sabem dar exemplo ou afirmam nunca terem sido humilhados (nenhum dos sujeitos maiores diz isto)

Para todos os resultados apresentados, não foram encontradas diferenças entre meninos e meninas.

DISCUSSÃO

Três temas devem ser discutidos: 1) o 'preço' a pagar para sair de uma situação de humilhação e as formas de resposta para defender a honra; 2) a evolução das concepções sobre humilhação e honra e suas relações com o desenvolvimento moral; 3) a criança frente a situações de humilhação e suas possíveis decorrências para seu equilíbrio psicológico.

A HONRA

Antigamente, perder a honra equivalia a perder o sentido da vida; melhor era morrer ou matar do que permanecer desonrado. Hoje, o sentimento da honra parece ter perdido seu lugar no topo da hierarquia dos valores morais. Os resultados de nossos sujeitos apontam para tal conclusão. Outros também: pesquisa idêntica foi realizada com 52 adultos⁹ e os resultados obtidos foram semelhantes, embora com uma porcentagem um pouco maior de sujeitos que decidem sair do emprego (37%). Parece portanto ser correta a avaliação de Greimas e Fontanille (1991) segundo a qual a defesa incondicional da honra, outrora um imperativo moral, hoje, é mais vista como 'idiosincrasia', traço de personalidade violenta, até patológica. E isto fica claro não somente pelo fato de a maioria dos sujeitos, crianças e adultos, escolherem privilegiar o sustento da família. De fato, alguém poderia afirmar - como o faz um sujeito adulto da pesquisa mencionada - que ficar no emprego é mais *honroso* do que dele sair: deixar a família

passando necessidade, isto sim seria perder a honra. Ou seja, poderia haver um discurso da honra mesmo associado ao permanecer no emprego. Todavia, poucos sujeitos adultos e nenhum de nossos sujeitos crianças raciocinam assim: não se remetem a este 'direito ao orgulho' que segundo Pitt-Rivers define a honra. O cuidar do outro ou o argumento simples da sobrevivência dominam a reflexão sobre o dilema e, conseqüentemente levam à escolha da permanência no emprego apesar de se dever suportar humilhações constantes.

Porém, seria um erro deduzir de tal fato o diagnóstico de que a honra teria perdido todo e qualquer lugar no universo moral dos sujeitos. Dois outros fatos devem ser lembrados.

O primeiro diz respeito às outras formas de defesa da honra. Apenas 1 sujeito (de 7 anos) afirma que o humilhado não deve fazer nada. Os outros aconselham alguma forma de defesa. 14% aconselham o desprezo pelo chefe, que é também uma forma de 'revide': tira-se a legitimidade deste como agente agressor. Não deixa de ser uma forma de humilhá-lo. Quase metade dos mais velhos recomenda justamente que se o humilhe explicitamente. Outra solução muito citada pelos mais jovens é a denúncia, se valer de alguma autoridade que defenda o agredido. No geral, seja qual for a opção, verifico-se que uma delas parece ser considerada como necessária. A humilhação pede uma forma de reparação. E é digno de nota o fato de a forma de reparação que se torna a mais proposta pelos sujeitos mais velhos é a 'lei do talião': humilhar a pessoa que humilha. Tal escolha pode ser interpretada como baseada na reciprocidade (Piaget, 1932). Mas há outra: é da estrutura da honra a exigência de defesa pessoal, da justiça pelas próprias mãos. Escreve Pitt-Rivers (1965): *"Quando se é desafiado para lutar não é honroso chamar a polícia (...) Nenhum homem de honra, e menos ainda um aristocrata, estaria disposto a remeter para os tribunais a solução das suas pendências de honra. Daí a ineficácia de legislação contra o duelo (...) O conflito entre a honra e a legalidade é um conflito fundamental e persistiu até nossos dias"* (p21).

Talvez possa parecer um tanto quanto exagerado querermos identificar esta característica da honra nas respostas de nossos sujeitos. A crescente escolha pelo revide pessoal poderia ser apenas decorrência da autonomia da criança que não vê mais necessidade em recorrer a alguma autoridade para garantir sua defesa (como nas respostas dos sujeitos menores). Este elemento está sem dúvida presente. Porém, nossa interpretação também merece algum crédito. Também os sujeitos adultos pouco optam por uma defesa institucional (aproximadamente 10% o fazem). A forma de enfrentamento pela qual mais optam é o diálogo: procurar conversar com o agressor e resolver a situação. Em nossos sujeitos, a opção diálogo, inexistente entre os de 7 anos, também começa a aparecer (17%) com os de 12 anos. Ora, o

diálogo, embora forma pacífica (no sentido de procurar evitar a realimentação da violência), também é forma direta de enfrentamento. Enfim, embora somente mais pesquisas possam decidir se, com 12 anos de idade, desponta um dos elementos básicos da defesa da honra (defesa pelas próprias mãos), acreditamos ser necessário não descartar tal hipótese. Reforçaria a idéia de que, embora a honra não seja mais o valor moral primeiro que se defende a qualquer preço, ela ainda existe no universo ético das pessoas e, já na infância, encontram-se alguns dos elementos que definem sua estrutura. "*A honra somente foi expurgada da linguagem, não do sistema simbólico*", escreveu Pitt-Rivers (1991, p 35).

O segundo fato que leva a pensar que Pitt-Rivers tem razão é a condenação moral categórica da humilhação que se verifica a partir dos 12 anos (81%). O caráter de inadmissibilidade moral do ato de humilhação parece mostrar claramente o quão violentamente é sentida pelas vítimas. Ora, enquanto os homens forem sensíveis às ofensas alheias e as condenarem claramente, o valor honra permanecerá ocupando algum lugar no universo moral. Nossos dados tendem a mostrar que, com 12 anos de idade, as crianças já elaboraram alguns conceitos e normas a respeito.

HONRA E DESENVOLVIMENTO MORAL

Uma vez que os temas humilhação e honra não têm sido estudado pela Psicologia, fica difícil articularmos com precisão nossos dados com os demais disponíveis na campo do desenvolvimento moral. A rigor, como acabamos de ver, apenas aquele referente à 'lei do Talião' pode ser associado à construção de uma moral autônoma regida pelas leis da reciprocidade (PIAGET, 1932). Porém, acreditamos poder ir além se refletirmos sobre uma reflexão de Piaget: Referindo-se à passagem entre as morais heterônoma e autônoma, escreveu ele que "*o elemento quase material de medo, que intervém no respeito unilateral, desaparece progressivamente para deixa lugar a este medo todo moral de decair perante os olhos da pessoa respeitada*" (1932, p309, grifo nosso). Vale dizer: enquanto na moral heterônoma o medo deriva da apreensão das ações - notadamente punitivas - da autoridade constituída, na moral autônoma o que se teme é o *juízo do outro*. Dito de outra forma ainda: enquanto a criança menor teme o castigo ou a perda do amor das pessoas consideradas superiores (origem do sentimento de culpa, segundo Freud), a criança maior teme perder a estima de outrem, teme sentir *vergonha* perante seu juízo negativo. Tomaria lugar, portanto, uma nova sensibilidade moral ligada não mais ao poder coercitivo dos outros, mas sim a seus juízos de valor. Ou melhor, o poder do outro passa a ser sua capacidade e legitimidade

de julgar as condutas, não mais sua força objetiva para puni-las. Ora, nossos dados vão ao encontro desta interpretação.

Pensemos, em primeiro lugar, nos diversos conteúdos associados à humilhação. Para as crianças menores, os conteúdos são mais concretos (como apanhar) e ligados à alguma assimetria de poder (apanhar do mais forte, levar bronca de adulto, ser colocado de castigo). Para os mais velhos, eles se relacionam essencialmente com o juízo alheio (insultos, críticas, desprezo, etc.). Assim, os pares, vistos como legítimos juizes, passam a ser os possíveis agressores, situação que as crianças menores pouco equacionam. Daí, coerentemente, o significativo aumento da condenação categórica da humilhação: é-se mais sensível ao juízo alheio e constróem-se normas para limitar o poder deste juízo - tema da honra, justamente. Dados de uma pesquisa recente, já citada aqui (ver método), levam à mesma conclusão (De La Taille, 1992). Verificou-se que, a partir de 8, 9 anos, as crianças consideram mais 'doloroso' ter de confessar publicamente um delito do que ser castigado por uma sanção expiatória clássica (ficar sem recreio). Em outra pesquisa (De La Taille, 1991) verificou-se também que a partir da mesma idade a confissão de um delito começa a ocupar lugar de destaque no universo moral: a não confissão agrava consideravelmente a culpa (as crianças menores não lhe atribuem peso para o juízo moral).

Em suma, a partir desta idade, instalam-se novas regras que dizem diretamente respeito à imagem que cada um tem perante os olhos alheios. Ora, a humilhação é justamente uma forma de macular esta imagem. E a honra é o valor em nome do qual se a defende. É provável que o fato de condenar categoricamente a humilhação e associá-la a ofensas verbais comece antes da idade de 12 anos investigada aqui. Mesmo assim, nossos dados confirmam a presença desta nova dimensão durante a consolidação da moral autônoma, tal como definida por Piaget.

A CRIANÇA E A HUMILHAÇÃO

Vimos em nossa introdução que a humilhação é agressão freqüente, de fácil êxito e de conseqüências nefastas para o equilíbrio psicológico. Como afirma Ferron (1991), o sentimento de ser alguém, a consciência de si como pessoa, é indissociável de uma apreciação de valor sobre si próprio. Ora, as diferentes forma de humilhação visam justamente rebaixar o valor da vítima. A defesa do próprio valor perante outrem acaba por ser instrumento necessário à preservação da auto-estima, do respeito de si. Todavia, para que haja defesa, é preciso que o sujeito se conceba com legitimidade para exercê-la. Ora, é a construção do valor honra que garante tal legitimidade: em nome dela,

a pessoa vai condenar a humilhação e, em ela acontecendo, vai procurar se defender.

A criança de 7 anos parece ainda não conceber este valor. Mas não significa dizer que ela não sinta a violência da humilhação. Seus exemplos, embora ainda relacionados com o exercício do poder dos mais fortes, já são claramente ligados à idéia de rebaixamento (apanhar de alguém, por exemplo, ou levar bronca, que é ficar em situação de inferioridade). Todavia, estas crianças menores não parece ainda conceber tais violências como moralmente erradas. É justamente o que fazem as crianças de 12 anos: condenam categoricamente a humilhação.

Tal condenação faz alguma diferença para quem sofre alguma humilhação? Certamente sim. Embora qualquer humilhação possa ter efeito psicológico nefasto para a vítima, o fato de ela conceber que está sendo agredida, que o agressor *está errado*, coloca possibilidades de revolta. O agressor passa a ser visto como injusto, imoral; passa a perder sua legitimidade e, então, suas agressões podem perder força.

Estas considerações nos levam a pensar a educação da criança. Muito já se condenou a violência física contra ela. Todavia, pouco se falou desta violência particular que é a humilhação. Alguns (ou até muitos?) ainda a consideram como 'pedagógica'. Ora, o objetivo do presente texto foi, do ponto de vista teórico, alertar para as prováveis conseqüenciais nefastas desta forma de violência psicológica, e, do ponto de vista empírico, mostrar em parte com as crianças a concebem. Já fomos o bastante explícitos, em nossa introdução, quanto à parte teórica. Quanto aos dados, um deve ser sublinhado: a falta de 'defesa' contra humilhações por parte das crianças de até pelo menos 7 anos de idade, e a conseqüente fragilidade psicológica destas em situações de agressão deste tipo.

CONCLUSÃO

Muitos são os aspectos ligados à humilhação e à honra que podem e devem ser pesquisados. A nosso ver, o interesse é tripto:

- 1) pela própria força e freqüência da humilhação;
- 2) pela importância histórica da honra enquanto 'paixão' e valor moral e, embora redimensionada, sua presença até hoje no universo ético humano

- 3) pela importância de o fato de viver em sociedade significar ser 'objeto para outrem' notadamente de seus juízos de valor. Como escreveu o sociosemióticista Landowski, *"rigorosamente, o simples fato de existir implica em colocar-se, na ordem da manifestação, como sujeito visível e, por extensão, a colocar-se como cenógrafo de si próprio"* (Landowski, 1989, P120). Tal cenografia passa necessariamente

por formas possíveis de controle da opinião dos outros. A humilhação é a violência que desta opinião pode resultar; a honra, ao lado do direito à privacidade, à intimidade, ao ter segredos, e outros, é justamente um valor em nome do qual se exerce o controle.

Esperamos que este pequeno texto tenha podido convencer da importância destes dois temas intimamente relacionados e jogar algumas luzes sobre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, A. **Le sens de la vie**. Paris, Payot, 1933/1991.

AUDARD, C. **La démocratie rêvée**. Paris, Editions Autrement, Série Morales, n10, 1993.

DARWIN, C. **L'expression des émotions chez l'homme et les animaux**. Belgique, Editions Complexes, 1872/1981.

DAVIDENKOFF, E. & JUNGHANS, P. **Du bizutage des grandes écoles de l'élite**. Paris, Plon, 1993.

DE LA TAILLE, Y, BEDOAIN, G & GIMENEZ, P. A construção da fronteira moral da intimidade: o lugar da confissão na hierarquia de valores morais em sujeitos de 6 a 14 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 1991, V7, nº2, pp 91-110.

DE LA TAILLE, Y, MAIORINO, C., STORTO, N., ROOS, L. A construção da fronteira da intimidade: a humilhação e a vergonha na educação moral. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n82 agosto de 1992, p43-55.

FREUD, S. **Malaise dans la civilisation**. Paris, PUF, 1922/1971.

GEIMAS, A. J. & FONTANILLE, J. **Sémiotique des passions**. Paris, Seuil, 1991.

JANKELEVITCH, VI. **L'innocence et la méchancelé - traité des vertus III**. Paris, Flammarion, 1986.

KLEIN, D. C. The humiliation dynamic: an overview. **The Journal of primary prevention**, vol 12, no2, 1991, p93-121.

- KANT, E. **Traité de pédagogie**. Paris, Hachette, 1981.
- LANDOWSKI, E. **La société réfléchie**. Paris, Seuil, 1989.
- LEWIS, M. **Shame: the exposed self**. New York, The Free Press, 1992.
- MILLER, A. **le drame de l'enfant doué**. Paris, PUF, 1983.
- PAGNOL, M. **Notes sur le rire**. Paris, Editions de Fallois, 1990.
- PERISTIANY, J. G. **Honra e Vergonha**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1965.
- PERRON, R. **Les représentations de soi**. Toulouse, Privat, 1991.
- PIAGET, J. **Le Jugement Moral chez l'Enfant**. Paris, Puf, 1932.
- PITT-RIVERS, J. **La maladie de l'honneur**. Paris, Editions Autrement, Série Morales, n3, 1991.
- PITT-RIVERS, J. **Honra e categoria social**. In: PERISTIANY, J. G. **Honra e Vergonha**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1965.
- RIBEIRO, R. J. **A glória**. In NOVAES, A. **Os sentidos da paixão**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SARTRE J. **L'être et le Néant**. Paris, Gallimard, 1943.
- SCHOPENHAUER, A. **Aphorisme sur la sagesse de la vie**. Paris, PUF, 1943.
- SENNETT, R. **Les tyrannies de l'intimité**. Paris, Seuil, 1979.
- SHREVE, B. & KUNKEL, M. A. Self-psychology, shame and adolescent suicide: theoretical and practical considerations. **Journal of Counselling & Development**, vol. 69, 1991.
- WALLON, H. **Les origines du caractère chez l'enfant**. Paris, PUF, 1949.
- WEINRICH, H. **Conscience linguistique et lectures littéraires**. Paris, Ed. Maisons des Sciences de l'homme, 1989.

* pesquisa financiada pela FAPESP

NOTAS

¹ Medidas, Escores e Codificação desenvolvido por Kurtines, M. W., & Ferrer, L. no Laboratory for Research on Psychosocial Development and Behavior at Florida International University.

² Participou da pesquisa Fabiana de Lazzari

³ WILDE, O. Le portrait de Dorian Gray. Paris. Livre de Poche, sd.

⁴ A vergonha não pode ser apenas definida por um sentimento de inferioridade. Pode-se sentir vergonha ao ser elogiado em público, por exemplo. Nesses casos, não raras vezes as faces coram. Deve-se a Sartre a melhor definição de vergonha: sentimento de ser objeto para outrem (L'ÊTRE ET LE NÉANT, 1943).

⁵ Esta afirmação pede ponderação. No caso das estudantes de sexo feminino, vários trotês dedicam-se essencialmente a torná-las 'objetos sexuais' obrigando-as, por exemplo, a simular uma feição. Neste caso, embora ritualizado, o trotê busca ferir a auto-estima das mulheres, ridicularizando justamente sua condição de mulheres.

⁶ Pesquisa realizada por Lia Ades, e financiada pela FAPESP.

COLABORADORES

Ana Edith Bellico da Costa - Doutora em Psicologia Social/FGV - Professora da Universidade Federal de Minas Gerais.
Av. Antonio Carlos, 6627, Pampulha, CEP 31270-000, Belo Horizonte, MG

Angela Maria Brasil Biaggio - Doutora em Psicologia/University of Wisconsin - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Rua Ramiro Barcelos, 2600, 1º andar, sala 101, Santana, CEP 90035-003, Porto Alegre, RS

Clary Milnitsky Sapiro - Doutora em Psicologia Educacional/University of Illinois-Chicago - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Rua Ramiro Barcelos, 2600, 1º andar, sala 101, Santana, CEP 90035-003, Porto Alegre, RS

Cleonice Camino - Doutora em Psicologia/Universidade Católica de Louvain-Bélgica - Professora da Universidade Federal da Paraíba.
Campus I, Cidade Universitária, Castelo Branco, CEP 58000-900, João Pessoa, PB

Eveline Maria Leal Assmar - Doutora em Psicologia/UFRJ - Professora da Universidade Gama Filho/RJ.
Rua Manoel Vitorino, 625, Piedade, CEP 20740-280, Rio de Janeiro, RJ

Helerina Aparecida Novo - Doutora em Psicologia Social /PUC-SP - Professora da Universidade Federal do Espírito Santo.
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário de Goiabeiras, CEP 29060-900, Vitória, ES

Maria Lucia Seidl de Moura - Doutora em Psicologia Cognitiva/ISOP-FGV - Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Rua São Francisco Xavier, 524, CEP 20 559-900, Rio de Janeiro, RJ

Yves de La Taille - Doutor em Psicologia/USP-SP - Professor da Universidade de São Paulo.
Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco A, Cidade Universitária, CEP 05508-900, São Paulo, SP

Zeidi Araujo Trindade - Doutora em Psicologia/USP-SP - Professora da Universidade Federal do Espírito Santo.
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário de Goiabeiras, CEP 29060-900, Vitória, ES